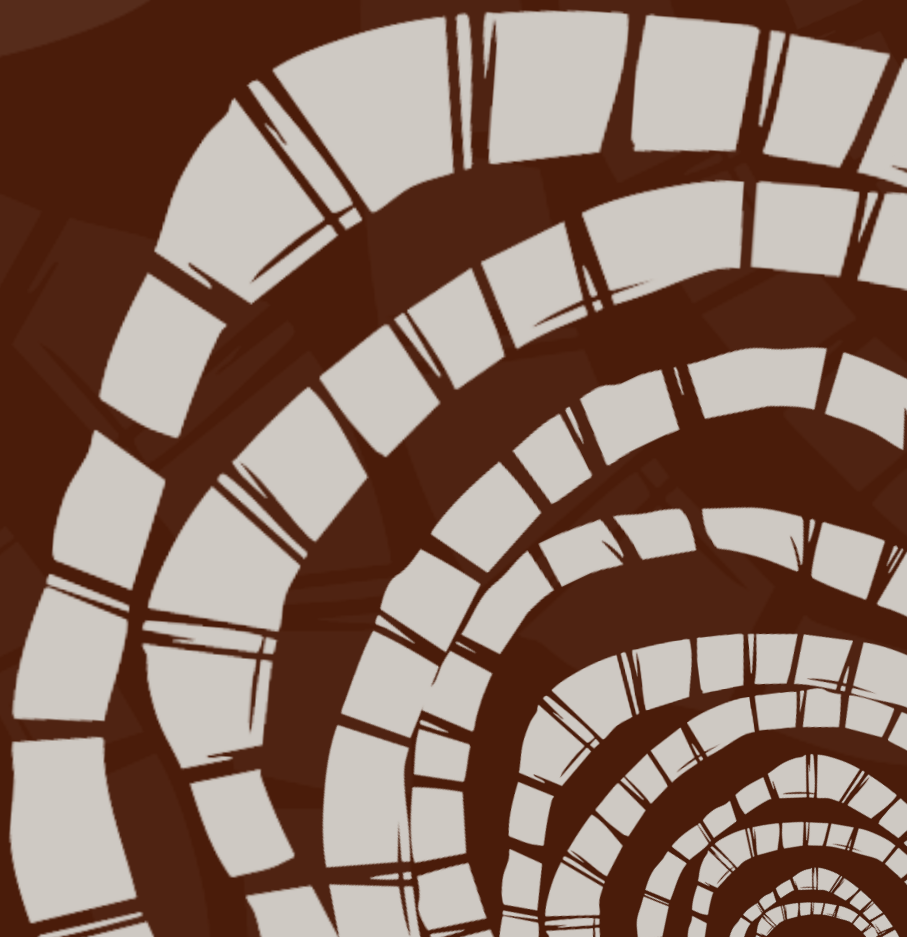
OBSERVATÓRIO ODS 18
igualdade étnico-racial

18 IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO COM RECORTE ÉTNICO-RACIAL: TERRITÓRIO COSTA DO DESCOBRIMENTO (BA)



JULHO
2025

Realização
Observatório ODS 18
Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Apoio
Governo Federal do Brasil
Ministério da Igualdade Racial
Fundação Escola Politécnica da Bahia

Coordenação Geral
Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos

Coordenação de Comunicação
Ivonne Ferreira

Redação
José Sérgio Abrantes Furtado

Revisão
Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos
Inalda Barros Béder

Diagramação
Kleberson Pereira Bandeira

Elementos Clicáveis

Observatorioods18.com.br
Siga-nos no Instagram
Conecte no Linkedin
Inscreva-se no Youtube

Sumário

1 **APRESENTAÇÃO** 7
2 **NOTAS METODOLÓGICAS** 8
2.1 Princípios Metodológicos 8
2.1.1 Base Quantitativa e Estatística Descritiva 8
2.1.2 Alinhamento com as Diretrizes do ODS 18 9
2.2 Seleção das Fontes de Dados 10
2.3 Definição e Aplicação dos Indicadores 10
2.4 Procedimentos de Análise e Apresentação dos Dados 11
2.5 Período de Análise 11
3 **ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS** 12
3.1 Perfil Socioeconômico e Demográfico Do Território Costa do Descobrimento: Comparativo dos Censos 2010 e 2022 12
3.1.1 Caracterização Territorial e Ambiental 12
3.2 Estrutura Populacional e Demográfica 15
3.2.1 Distribuição da população urbana e rural 15
3.2.2 Densidade populacional 17
3.2.3 Estrutura demográfica por cor/raça 19
3.2.4 Distribuição da População por Sexo 21
3.2.5 Envelhecimento populacional por cor/raça 24
3.2.6 Média de moradores por domicílio 26
3.2.7 Pirâmide etária 29
3.2.7.1 Pirâmide etária da população total no Território Costa do Descobrimento (BA) 29
3.2.7.2 Pirâmide etária da população preta em Território Costa do Descobrimento (BA) 32
3.2.7.3 Pirâmide etária da população parda em Território Costa do Descobrimento (BA) 34
3.2.7.4 Pirâmide etária da população indígena em Território Costa do Descobrimento (BA) 37
3.3 Educação 40

3.3.1 Taxa de Analfabetismo por Cor/Raça e Faixa Etária....40
3.4 Infraestrutura Domiciliar e Saneamento Básico....42
3.4.1 Abastecimento de Água....42
3.4.2 Destino do Lixo nos Domicílios Particulares Permanentes....45
3.4.3 Tipo de Instalação Sanitária nos Domicílios (2022)....47
4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**....49
REFERÊNCIAS....53

Lista de Tabelas

Tabela 1 – População Residente por Situação do Domicílio (Urbana e Rural) – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... 15

Tabela 2 – População Residente por cor/raça segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)..... 19

Tabela 3 – População Residente por Sexo segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)..... 22

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população urbana e rural – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... **16**

Gráfico 2 – Evolução da densidade demográfica – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)..... **17**

Gráfico 3 – Variação percentual da população por cor/raça – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... **20**

Gráfico 4 – Distribuição percentual da população residente por sexo – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... **23**

Gráfico 5 – Índice de envelhecimento por cor/raça segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)..... **25**

Gráfico 6 – Evolução da média de moradores por domicílio – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... **27**

Gráfico 7 – Pirâmide etária, segundo os grupos de idade no município – Território Costa do Descobrimento (BA) - 2010 e 2022..... **30**

Gráfico 8 – Pirâmide etária da população preta – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)..... **33**

Gráfico 9 – Pirâmide etária da população parda – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)..... **35**

Gráfico 10 – Pirâmide etária da população indígena – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)..... **38**

Gráfico 11 – Evolução da taxa de analfabetismo da população por cor/raça e grupos etários – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)..... **41**

Gráfico 12 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de canalização de água e principal forma de abastecimento de água– Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)..... **43**

Gráfico 13 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de destino de lixo – Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)..... **45**

Gráfico 14 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de instalação sanitária – Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)..... **47**

1 APRESENTAÇÃO

O território Costa do Descobrimento, localizado no extremo sul da Bahia, é marcado por uma rica diversidade cultural, étnica e ambiental. Composto por municípios que compartilham trajetórias marcadas por resistência, ancestralidade e transformação social, o território abriga populações indígenas, negras e tradicionais que desempenham papel central na construção de sua identidade. No entanto, apesar de sua relevância histórica, sociocultural e econômica, a região ainda convive com desigualdades persistentes que impactam o acesso aos direitos básicos e às oportunidades de desenvolvimento.

Este Diagnóstico Socioeconômico, com enfoque étnico-racial, tem como objetivo evidenciar os principais fatores que estruturam a vida da população do Território Costa do Descobrimento, com base na análise de indicadores atualizados que refletem sua realidade demográfica, educacional, habitacional, sanitária e de infraestrutura. Em um cenário de transformações recentes observadas nos dados censitários de 2010 e 2022, torna-se imprescindível realizar uma leitura crítica e aprofundada dos avanços, retrocessos e desafios que se colocam para o poder público e a sociedade civil.

O diagnóstico justifica-se pela necessidade de subsidiar gestores, conselhos territoriais, lideranças comunitárias, organizações sociais e demais atores envolvidos na formulação de estratégias de promoção da equidade e da justiça social. Ao reconhecer a especificidade étnico-racial das populações analisadas e as múltiplas vulnerabilidades que afetam comunidades negras, indígenas e pardas, este estudo reafirma o compromisso com uma abordagem interseccional e territorializada das políticas públicas.

O objetivo central do diagnóstico é oferecer um panorama abrangente e sistematizado das condições de vida no território, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa e para a qualificação das decisões estratégicas voltadas ao desenvolvimento regional. Especificamente, busca-se identificar padrões e tendências nos indicadores sociais e econômicos, mapear desigualdades raciais e territoriais, evidenciar carências estruturais nos serviços públicos e apontar caminhos possíveis para a superação das iniquidades que ainda marcam a realidade local.

Este documento propõe-se a ser uma ferramenta de mobilização e de planejamento, orientada pelo compromisso com a transformação das condições de vida das populações do território. Embora não tenha incorporado diretamente a escuta dos sujeitos locais nesta versão, o diagnóstico busca interpretar a realidade a partir de uma perspectiva coletiva, crítica e emancipatória, oferecendo subsídios para futuras ações participativas e inclusivas.

2 NOTAS METODOLÓGICAS

A metodologia adotada neste Diagnóstico Situacional do ODS 18 no Território Costa do Descobrimento (BA) foi estruturada para conciliar rigor técnico e clareza comunicativa, buscando atender às demandas de gestores públicos, representantes da sociedade civil, conselhos territoriais e outros atores locais. Considerando o caráter inovador e estratégico do ODS 18, a abordagem metodológica foi concebida com base em eixos orientadores que asseguram tanto a consistência dos resultados quanto a aplicabilidade das análises na formulação de políticas públicas.

2.1 Princípios Metodológicos

A elaboração deste diagnóstico foi guiada por princípios que garantem a solidez técnica, a relevância prática e a transparência na apresentação dos dados. Diante da complexidade das questões étnico-raciais e da importância de uma leitura sensível às especificidades locais, a metodologia adotada buscou construir um instrumento acessível e aplicável ao conjunto dos municípios que compõem o Território de Identidade Costa do Descobrimento.

Três princípios centrais fundamentaram a seleção, organização e análise dos dados: a objetividade técnica, a abordagem territorializada e o alinhamento com as diretrizes nacionais e internacionais voltadas à equidade racial. Essa combinação permitiu que o diagnóstico refletisse não apenas as desigualdades estruturais presentes na região, mas também as especificidades sociais e culturais que atravessam o cotidiano das populações negras, indígenas e tradicionais do território.

2.1.1 Base Quantitativa e Estatística Descritiva

A análise baseou-se no uso de estatística descritiva aplicada a dados quantitativos provenientes de fontes oficiais e públicas. Essa escolha metodológica permitiu transformar grandes volumes de informações em medidas compreensíveis – como proporções, taxas e médias – facilitando a identificação de padrões, desigualdades e transformações ocorridas entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022.

Além de permitir a análise evolutiva das condições sociais e territoriais, essa abordagem assegura a comparabilidade entre diferentes períodos e contextos. A estatística descritiva, nesse sentido, não apenas torna os dados mais

inteligíveis, mas também colabora para que os resultados possam subsidiar ações públicas com base em evidências.

2.1.2 Alinhamento com as Diretrizes do ODS 18

O diagnóstico foi estruturado em consonância com as diretrizes da Câmara Temática do ODS 18 (CTODS18), instância nacional responsável pela coordenação das metas relacionadas à superação do racismo estrutural e à promoção da igualdade étnico-racial no Brasil. Ao incorporar metas, conceitos e indicadores definidos por essa instância, o estudo se alinha aos compromissos da Agenda 2030, adaptando-os à realidade do território.

A seleção dos indicadores abrangeu temas centrais como estrutura demográfica por raça/cor, distribuição populacional por sexo e idade, condições de moradia, acesso a infraestrutura básica e taxa de analfabetismo, sempre com recortes étnico-raciais. Essa abordagem garante a aderência do diagnóstico às metas estabelecidas no ODS 18, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Alinhamento dos Indicadores do Diagnóstico Preliminar com as Metas do ODS 18

Meta	Descrição	Indicadores analisados no Diagnóstico
18.5	Promover a reparação integral das violações socioeconômica e cultural, das perdas territoriais e dos impactos ambientais nos territórios dos povos indígenas e afrodescendentes, especialmente os integrantes de comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, garantindo o direito à memória, verdade e justiça.	• Estrutura demográfica por cor/raça • Pirâmide etária da população preta/parda/indígena
18.6	Assegurar moradias adequadas, seguras e sustentáveis aos povos indígenas e afrodescendentes, incluindo comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, com garantia de equipamentos e serviços públicos de qualidade, com especial atenção à população em situação de rua.	• Condições de moradia (infraestrutura domiciliar e saneamento básico) • Proporção de domicílios com acesso a serviços básicos • Média de moradores por domicílio.
18.7	Assegurar o acesso à saúde de qualidade, não discriminatória, para os povos indígenas e afrodescendentes, bem como o respeito às suas culturas e saberes ancestrais, garantido o fortalecimento da saúde pública.	• Pirâmide etária da população preta/parda/indígena, • População por faixa etária e raça/cor.
18.8	Assegurar a educação de qualidade e não discriminatória aos afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, bem como o respeito às suas culturas e histórias, garantido o fortalecimento da educação pública.	• Taxa de analfabetismo por cor/raça e faixa etária.

Ao seguir as orientações da CTODS18, o diagnóstico reforça sua função como instrumento estratégico para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas orientadas à equidade racial. A estrutura metodológica adotada fortalece o papel do diagnóstico como ferramenta para a transformação social e a justiça racial no território.

2.2 Seleção das Fontes de Dados

A definição das fontes de dados foi realizada com base em critérios que garantem a legitimidade, a atualidade e a aplicabilidade das informações no contexto territorial. Foram priorizadas fontes públicas, acessíveis e reconhecidas institucionalmente, como o IBGE (Censos Demográficos), que disponibilizam dados desagregados por município e raça/cor, permitindo análises precisas para os diferentes grupos populacionais presentes no território.

Nesta versão do diagnóstico, o foco concentrou-se nos dados censitários de 2010 e 2022, priorizando indicadores consolidados como condições de moradia, analfabetismo, estrutura demográfica e acesso a serviços básicos. Embora bases como INEP, DATASUS, MDS e outras sejam igualmente relevantes, elas serão incorporadas em futuras versões, visando ampliar o escopo analítico.

2.3 Definição e Aplicação dos Indicadores

A escolha dos indicadores foi guiada por sua capacidade de refletir, com fidelidade e simplicidade, as dimensões sociais, econômicas e raciais do território. Nesta primeira etapa, optou-se pela análise de indicadores gerais, amplamente reconhecidos em estudos socioeconômicos, como taxas de analfabetismo, estrutura etária, densidade domiciliar e condições sanitárias.

Os indicadores específicos do ODS 18, que envolvem aspectos como políticas afirmativas, discriminação e acesso à justiça, serão abordados em uma fase posterior do diagnóstico, garantindo um aprofundamento gradual e metodologicamente consistente.

2.4 Procedimentos de Análise e Apresentação dos Dados

A apresentação dos dados foi organizada de forma clara e visualmente acessível, com uso de tabelas, gráficos e mapas. A análise adotou uma abordagem reflexiva, priorizando a interpretação crítica e o olhar interseccional sobre os dados. Ao longo do diagnóstico, o Território Costa do Descobrimento foi analisado em profundidade e, nos indicadores de infraestrutura domiciliar e saneamento básico, comparado ao conjunto do Sul da Bahia e ao estado da Bahia, com o objetivo de identificar desigualdades regionais e evidenciar os principais desafios à equidade racial.

2.5 Período de Análise

O recorte temporal deste diagnóstico corresponde aos anos de 2010 e 2022, baseando-se nos dois últimos Censos Demográficos. Essa escolha possibilita uma leitura evolutiva da realidade local e uma comparação consistente dos indicadores-chave. Em etapas futuras, poderão ser incorporados dados anuais ou contínuos, oriundos de outras fontes oficiais, desde que respeitem critérios de qualidade e desagregação territorial.

3.1 Perfil Socioeconômico e Demográfico Do Território Costa do Descobrimento: Comparativo dos Censos 2010 e 2022

3.1.1 Caracterização Territorial e Ambiental

Localizado no Sul da Bahia, o Território de Identidade Costa do Descobrimento é um dos 27 territórios definidos pelo Governo do Estado com a finalidade de regionalizar o planejamento e fortalecer as políticas públicas de maneira integrada. Sua posição geográfica e delimitação no contexto estadual estão ilustradas na Figura 1, na qual o Costa do Descobrimento se destaca em relação às demais regiões, evidenciando sua relevância histórica e estratégica para o desenvolvimento regional.

Figura 1 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia, com destaque para o Território Costa do Descobrimento



Fonte: Bahia (2012).

O Território Costa do Descobrimento é formado por oito municípios: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, conforme apresentado na Figura 2. A região se destaca por seu valor simbólico, por ter sido palco do primeiro contato documentado entre europeus e o território que viria a se tornar o Brasil, além de exercer papel estratégico no turismo, na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento regional.

Figura 2 – Municípios que compõem o Território de Identidade Costa do Descobrimento da Bahia



Fonte: Bahia (2012).

A configuração física do território é marcada por uma diversidade ambiental expressiva. O clima predominante é úmido a subúmido, com temperaturas médias anuais em torno de 24°C e regime pluviométrico superior a 1.500 mm ao ano, concentrado entre os meses de abril e julho. Essas condições favorecem a ocorrência de uma vegetação exuberante, típica da Mata Atlântica, com Floresta Ombrófila Densa, manguezais, formações pioneiras fluviomarinhas e de restinga, além de áreas de transição com o cerrado e vegetação secundária.

O relevo predominante é composto por tabuleiros costeiros e planícies fluviomarinhas, embora o interior do território apresente trechos com depressões e áreas mais acidentadas. Esses compartimentos geomorfológicos influenciam diretamente a rede hidrográfica, os padrões de uso do solo e as formas de ocupação humana. A geologia local é marcada por formações de arenitos, dolomitos, e depósitos fluviais e costeiros, com presença de rochas ornamentais em algumas localidades, como Belmonte e Itagimirim.

A hidrografia constitui um componente essencial da paisagem territorial, com destaque para as bacias dos rios Jequitinhonha, Pardo, Buranhém e dos Frades. Esses cursos d'água desempenham papel estratégico no abastecimento humano, na agricultura e na preservação ambiental, compondo uma malha hídrica que conecta comunidades urbanas e rurais.

Em relação à proteção ambiental e à gestão de áreas especiais, o território abriga importantes unidades de conservação, como o Parque Nacional do Pau Brasil, a APA Santo Antônio e diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Soma-se a isso a presença de assentamentos de reforma agrária, como Piassava e São Francisco de Assis do Jequitinhonha, que fortalecem a agricultura familiar e a inclusão social. Também se destacam projetos de crédito fundiário e ações de combate à pobreza rural, evidenciando o empenho institucional em promover um desenvolvimento rural sustentável.

O Território de Identidade Costa do Descobrimento reúne uma base territorial e ambiental diversificada, com expressivas riquezas naturais e histórico-culturais. Contudo, enfrenta desafios importantes ligados à conservação ambiental, ao uso sustentável dos recursos e ao equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e rural. Essa caracterização introdutória oferece subsídios fundamentais para uma análise mais aprofundada das potencialidades e fragilidades regionais, a serem consideradas na formulação de políticas públicas e no planejamento territorial.

3.2 Estrutura Populacional e Demográfica

3.2.1 Distribuição da população urbana e rural

Uma mudança significativa na configuração populacional do Território de Identidade Costa do Descobrimento pode ser observada por meio da Tabela 1, que apresenta a distribuição da população residente segundo a situação do domicílio (urbana ou rural), com dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 (IBGE). A análise revela não apenas um crescimento populacional expressivo no período, mas também uma reconfiguração territorial com implicações sociais e de planejamento.

Tabela 1 – População Residente por Situação do Domicílio (Urbana e Rural) – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)

Situação do Domicílio	2010	2022
Urbana	273.639	346.210
Rural	69.708	47.867
Total	**343.347**	**394.077**

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

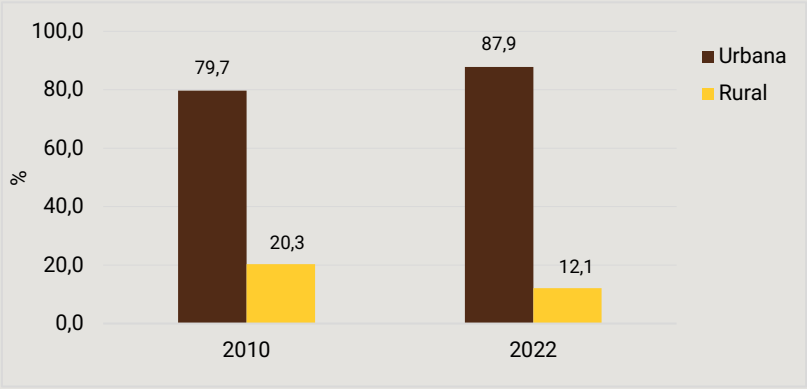
Em 2010, a população total do território era de 343.347 habitantes, sendo 79,7% urbanos e 20,3% residentes em áreas rurais. Já em 2022, a população total aumentou para 394.077 habitantes, e a parcela urbana passou a representar 87,9%, enquanto a população rural caiu para apenas 12,1%. Ou seja, houve um crescimento absoluto de 72.571 habitantes na área urbana e uma queda de 21.841 moradores na zona rural no intervalo de 12 anos.

Essa transformação pode estar relacionada a múltiplos fatores: migração rural-urbana em busca de melhores oportunidades de trabalho e acesso a serviços públicos, crescimento dos centros urbanos por expansão territorial ou densificação populacional, e até mesmo o encolhimento das populações rurais por envelhecimento e êxodo dos jovens. Também é possível que mudanças nos critérios de classificação territorial e urbanização do IBGE tenham influenciado as estatísticas.

A substituição progressiva do modo de vida rural pelo urbano traz desafios e oportunidades. Por um lado, amplia o acesso a infraestrutura, saúde e educação; por outro, pressiona os sistemas urbanos, exige investimentos em mobilidade, habitação e saneamento e pode aprofundar desigualdades intraurbanas se não houver políticas públicas adequadas.

O Gráfico 1 traduz um padrão de transição que redefine o modo como o território é ocupado: a urbanização consolidou-se como traço dominante da organização populacional na Costa do Descobrimento. Em um intervalo de doze anos, a presença da população urbana saltou de 79,7% para 87,9%, enquanto a população rural viu sua representatividade diminuir de 20,3% para 12,1%.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população urbana e rural – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Destaques Analíticos:

- O território cresceu 14,8% em população total entre 2010 e 2022;
- A população urbana aumentou 26,5%, enquanto a rural encolheu 31,3%;
- A proporção da população urbana passou de 4 em cada 5 habitantes (2010) para quase 9 em cada 10 (2022);
- A diminuição da população rural foi de quase 22 mil pessoas em 12 anos.

Recomendações:

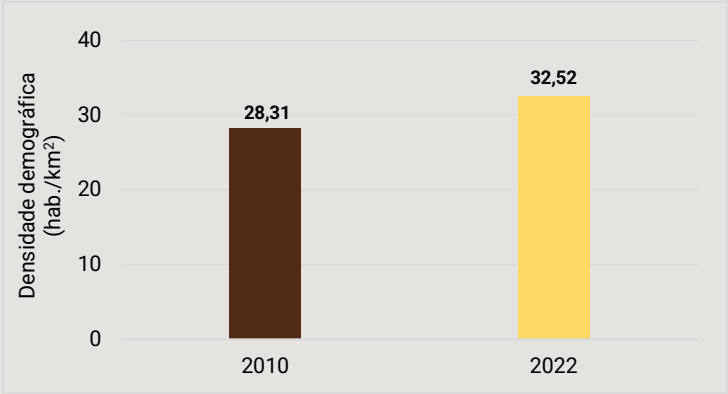
- Revisar o planejamento urbano nos municípios do território, considerando a alta pressão demográfica nas zonas urbanas;
- Fortalecer políticas públicas voltadas ao meio rural, com foco em permanência produtiva, acesso a serviços básicos e estímulo à agricultura familiar;
- Aprimorar a integração urbano-rural no planejamento territorial, evitando que a urbanização se dê de forma desordenada;

- Atualizar as diretrizes de infraestrutura urbana (saneamento, transporte, habitação) com base na nova configuração populacional;
- Monitorar permanentemente os dados censitários e administrativos, para melhor orientar políticas de desenvolvimento regional e equidade.

3.2.2 Densidade populacional

O Gráfico 2 oferece uma leitura sintética, porém estratégica, da forma como a ocupação populacional vem se redistribuindo no Território de Identidade Costa do Descobrimento ao longo de doze anos. A densidade demográfica — indicador que relaciona o número de habitantes à extensão territorial — passou de 28,31 hab./km² em 2010 para 32,52 hab./km² em 2022. Embora o acréscimo numérico pareça modesto à primeira vista, ele representa uma tendência contínua de adensamento que merece atenção.

Gráfico 2 – Evolução da densidade demográfica – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Este crescimento de cerca de 15% na densidade populacional não deve ser lido de forma isolada, mas em conjunto com outros indicadores já analisados, como a urbanização crescente e a redução proporcional da população rural. A elevação da densidade sugere que mais pessoas estão concentradas em porções específicas do território, especialmente nas áreas urbanas, onde o uso do solo tende a ser mais intensivo. Consequentemente, essa transformação pode trazer impactos sobre o sistema viário, habitação, saneamento, serviços públicos e meio ambiente.

É importante lembrar que uma densidade demográfica elevada não é, por si só, um problema. Em contextos bem planejados, ela favorece a eficiência de

serviços públicos, mobilidade e dinamismo econômico. No entanto, quando o adensamento ocorre de forma desordenada, os riscos são consideráveis: crescimento de favelas, pressão sobre os recursos hídricos, poluição e desigualdades espaciais mais evidentes.

Além disso, o dado sinaliza a necessidade de olhar para a densidade não apenas como média territorial, mas em sua variação interna — já que áreas densamente povoadas podem coexistir com zonas de baixa ocupação, especialmente nas áreas rurais ou de preservação ambiental. A interpretação, portanto, deve considerar as múltiplas realidades que coexistem no território, evitando soluções genéricas que não dialoguem com sua complexidade espacial.

Destaques Analíticos:

- A densidade demográfica do território passou de 28,31 hab./km² em 2010 para 32,52 hab./km² em 2022;
- O aumento foi de aproximadamente 15% em doze anos;
- O dado revela maior concentração populacional em áreas específicas, especialmente urbanas;
- A evolução da densidade acompanha a tendência de urbanização e migração interna, já observadas no território.

Recomendações:

- Reavaliar o zoneamento urbano e os planos diretores municipais, adaptando-os ao aumento da densidade;
- Implementar políticas de mobilidade urbana, habitação e saneamento, com base em dados atualizados de distribuição populacional;
- Monitorar o adensamento em áreas de risco ambiental ou de baixa infraestrutura, prevenindo ocupações irregulares;
- Aprofundar os estudos sobre densidade intraurbana e rural, a fim de promover uma gestão territorial mais equitativa e eficiente.

3.2.3 Estrutura demográfica por cor/raça

A diversidade racial do Território Costa do Descobrimento não é apenas uma característica estatística — ela representa parte da identidade histórica, cultural e social da região. A Tabela 2, elaborada a partir dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 (IBGE), permite observar transformações relevantes na autodeclaração de cor/raça da população residente, o que revela muito mais do que simples variações numéricas: ela expressa mudanças de percepção social, identidade e pertencimento.

Tabela 2 – População Residente por cor/raça segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)

Cor/Raça	2010	2022
Branca	77.452	77.411
Preta	41.137	63.873
Amarela	2.749	557
Parda	211.441	232.828
Indígena	10.567	19.394
Total	**343.347**	**394.077**

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Ao analisar os dados, é possível notar que o número de pessoas que se identificam como pretas aumentou de 41.137 para 63.873, o que representa um crescimento de mais de 55%. Também houve aumento expressivo da população indígena, que passou de 10.567 para 19.394, quase dobrando em doze anos. Já o grupo pardo, majoritário em ambos os censos, também cresceu, embora de forma mais moderada: de 211.441 para 232.828.

Em contrapartida, a população que se declara branca manteve-se praticamente estável, com uma leve queda de 41 pessoas, o que representa redução proporcional na composição total do território. Um dado que chama atenção é a diminuição acentuada da população amarela, que caiu de 2.749 para apenas 557 pessoas, uma queda de quase 80%, que pode refletir mudanças nos critérios de autodeclaração ou até em migração e sub-registro.

Esses resultados sugerem que há um avanço no reconhecimento e afirmação das identidades negras e indígenas, o que pode estar relacionado a políticas de valorização étnico-racial, fortalecimento de movimentos sociais e maior visibilidade das questões raciais nos espaços públicos e institucionais. A afirmação identitária, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados, é um dado político, e não apenas demográfico.

A leitura desses dados aponta para a necessidade de que as políticas públicas no território levem em consideração a complexidade étnico-racial da população, sobretudo no que se refere à promoção da igualdade racial, educação inclusiva,

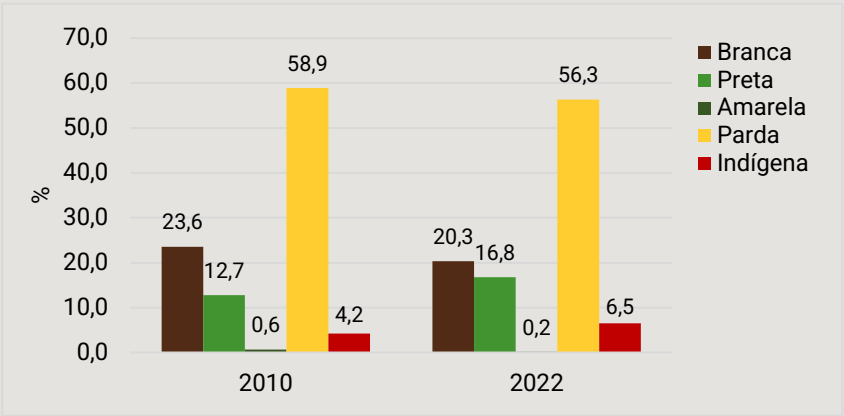
saúde intercultural e acesso diferenciado a direitos, respeitando as especificidades culturais de cada grupo.

A partir dos índices apresentados no Gráfico 3, pode-se afirmar que apesar de os pardos permanecerem como o grupo majoritário, observa-se uma redução proporcional de 2,6 pontos percentuais, passando de 58,9% para 56,3% da população total. Essa leve queda acompanha um movimento mais visível: o crescimento relativo da população preta, que passou de 12,7% para 16,8% no período. Trata-se de um aumento de mais de 4 pontos percentuais, indicando uma tendência de fortalecimento da identidade negra no território — fenômeno também verificado em outras regiões do Brasil.

Outro dado relevante é o crescimento proporcional da população indígena, que passou de 4,2% para 6,5%. Esse aumento sinaliza, possivelmente, um processo de reconhecimento e afirmação étnica por parte de comunidades indígenas, antes invisibilizadas ou subnotificadas. Ao mesmo tempo, a redução expressiva da proporção da população amarela (de 0,6% para 0,2%) chama a atenção, não tanto pela quantidade, mas por representar perdas relativas de representação que também merecem atenção.

A proporção de pessoas brancas, por sua vez, sofreu leve redução de 23,6% para 20,3%. Embora numericamente estável, como indicado na Tabela 2, o percentual caiu, refletindo uma reconfiguração no autorreconhecimento racial e possivelmente o efeito de um cenário social mais sensível às questões raciais.

Gráfico 3 – Variação percentual da população por cor/raça – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

A principal contribuição deste gráfico é, portanto, permitir uma leitura comparativa entre os grupos, evidenciando não apenas seus crescimentos ou quedas absolutos, mas suas dinâmicas internas de representação no conjunto populacional. Ele reforça o caráter plural do território e sugere a urgência de políticas públicas que dialoguem com essa complexidade demográfica de forma equitativa e antirracista.

Destaques Analíticos:

- O grupo preto cresceu proporcionalmente 4,1 pontos percentuais, evidenciando maior autodeclaração racial afirmativa;
- A população indígena aumentou em números absolutos e também percentualmente, de 4,2% para 6,5%;
- O grupo pardo continua majoritário, mas apresenta leve queda percentual;
- A população branca perdeu 3,3 pontos percentuais na composição total do território;
- A população amarela apresenta a maior redução relativa, sugerindo necessidade de investigação sobre os motivos dessa queda.

Recomendações:

- Desenvolver políticas públicas com recorte étnico-racial efetivo, considerando as desigualdades entre os grupos;
- Incentivar ações de reconhecimento e valorização cultural indígena e afro-brasileira, especialmente em territórios tradicionais;
- Aprimorar a coleta e a qualidade dos dados autodeclaratórios, incluindo capacitação de agentes censitários e campanhas educativas;
- Implementar ações afirmativas e reparadoras, voltadas à equidade racial em saúde, educação, cultura e geração de renda;
- Promover espaços de escuta e articulação com lideranças negras e indígenas, assegurando representatividade na formulação de políticas territoriais.

3.2.4 Distribuição da População por Sexo

Embora o número absoluto da população seja frequentemente o foco principal das análises demográficas, a distribuição por sexo — conforme apresentada na Tabela 3, com base nos Censos Demográficos de 2010 e 2022 (IBGE) — fornece subsídios relevantes para a compreensão do perfil social e econômico do território. Essa desagregação permite identificar assimetrias de gênero, padrões

familiares e demandas diferenciadas, contribuindo para o delineamento de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às especificidades da população.

Tabela 3 – População Residente por Sexo segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)

Sexo	2010	2022
Masculino	172.290	194.211
Feminino	171.057	199.866
Total	**343.347**	**394.077**

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

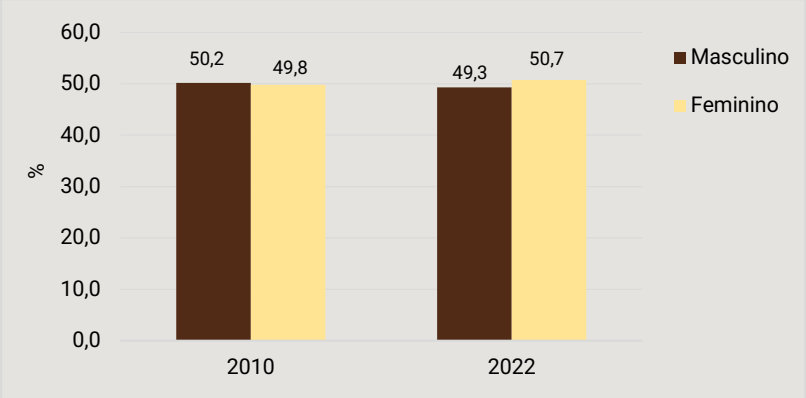
Entre 2010 e 2022, a população total do Território Costa do Descobrimento cresceu de 343.347 para 394.077 habitantes, um aumento de aproximadamente 14,8%. Dentro desse crescimento, observa-se uma ligeira inversão no equilíbrio entre os sexos. Em 2010, os homens eram maioria numérica, ainda que por pequena margem: 172.290 contra 171.057 mulheres. Já em 2022, essa diferença se inverteu: as mulheres passaram a representar o grupo majoritário, com 199.866 habitantes, superando os 194.211 homens registrados.

Essa transição pode parecer sutil, mas seu significado é relevante. O fenômeno pode estar relacionado a fatores como maior longevidade feminina, que tende a se acentuar com o envelhecimento populacional, além de eventuais processos migratórios seletivos e diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres. Ainda que o território esteja longe de apresentar disparidades amplas entre os sexos, a predominância feminina sinaliza tendências sociais que merecem atenção — especialmente nas áreas de cuidado, saúde, violência de gênero e políticas de renda.

Outro ponto a considerar é que, mesmo quando os números totais entre homens e mulheres são próximos, as condições sociais, econômicas e institucionais vividas por eles são frequentemente desiguais. Isso exige uma leitura qualificada dos dados e a formulação de políticas públicas com recortes de gênero, respeitando as diferenças e promovendo equidade.

O Gráfico 4 sintetiza, em percentuais, o que pode parecer uma oscilação tímida — mas que guarda significados relevantes: a mudança na composição relativa entre os sexos no Território Costa do Descobrimento ao longo de doze anos. Em 2010, o equilíbrio era quase exato, com leve maioria masculina (50,2%). Em 2022, essa relação se inverteu: as mulheres passaram a compor 50,7% da população, superando os homens, que agora representam 49,3%.

Gráfico 4 – Distribuição percentual da população residente por sexo – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Apesar da diferença parecer pequena em termos absolutos, seu efeito simbólico e social não deve ser subestimado. O Gráfico 4 revela um ponto de inflexão na estrutura demográfica, que pode estar associado a padrões de mortalidade diferenciada entre homens e mulheres, migração interna e maior longevidade feminina — especialmente à medida que a população do território envelhece.

Visualmente, reforça a tendência de feminilização da população, sugerindo que políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social e proteção contra a violência, precisam estar atentas ao crescimento relativo do grupo feminino. Além disso, ao apresentar essa relação de forma gráfica, torna-se mais fácil perceber como um dado estatístico aparentemente modesto pode representar uma mudança estrutural em curso.

Destaques Analíticos:

- O equilíbrio entre os sexos mudou de forma sutil: a população feminina passou a predominar em 2022;
- A diferença percentual entre os sexos, que era de 0,4 ponto percentual em favor dos homens em 2010, tornou-se de 1,4 ponto percentual a favor das mulheres em 2022;
- Esse deslocamento revela um processo contínuo e silencioso de feminilização populacional;
- O Gráfico 4 evidencia como variações aparentemente pequenas podem indicar transformações demográficas com impactos sociais relevantes.

Recomendações:

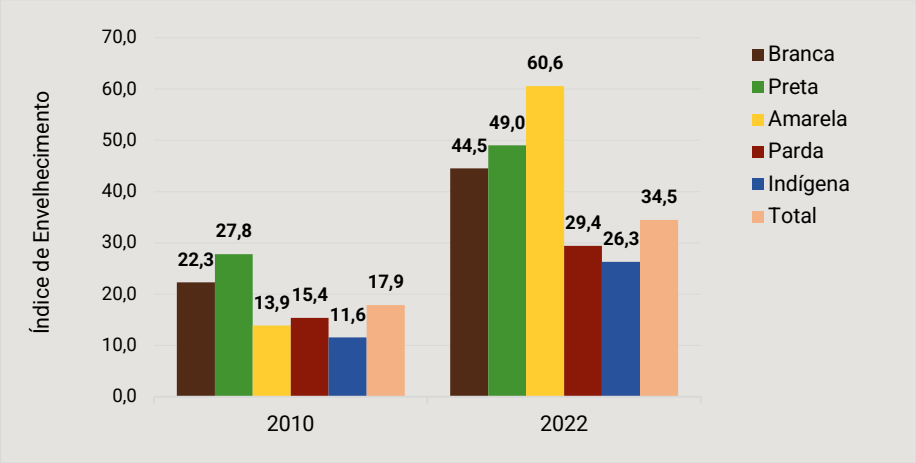
- Fortalecer políticas de saúde da mulher, especialmente nos municípios com maior concentração feminina;
- Garantir proteção social a mulheres em situação de vulnerabilidade, considerando sua maior representação na população;
- Planejar serviços e equipamentos públicos com foco em gênero, respeitando o novo equilíbrio populacional;
- Investir em dados desagregados por sexo, para monitorar e prevenir desigualdades nas políticas de trabalho, educação e segurança;
- Estabelecer ações intersetoriais que considerem o impacto da feminização nas famílias, incluindo suporte a mães solo e cuidadoras informais.

3.2.5 Envelhecimento populacional por cor/raça

O envelhecimento populacional tem sido um dos principais desafios demográficos do século XXI. No entanto, quando se introduz o marcador racial nessa dinâmica, como faz o Gráfico 5, é possível observar desigualdades profundas no processo de envelhecimento entre os diferentes grupos populacionais do Território Costa do Descobrimento. O índice de envelhecimento — que relaciona o número de pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos — revela não apenas o avanço da idade média da população, mas também as desigualdades históricas no acesso à longevidade.

Entre 2010 e 2022, observou-se um crescimento significativo no índice de envelhecimento em todos os grupos raciais, refletindo a tendência de transição demográfica também no Território Costa do Descobrimento. A magnitude dessa mudança, no entanto, variou entre os diferentes segmentos da população. A população branca, por exemplo, registrou um aumento de 22,3 para 44,5 idosos a cada 100 crianças. Entre os pretos, o índice passou de 27,8 para 49,0.
O dado mais surpreendente talvez venha do grupo amarelo, que saltou de 13,9 para 60,6, apresentando a maior variação percentual e o índice mais alto observado. Embora numericamente pequeno, esse grupo apresenta um perfil de envelhecimento mais acentuado, o que pode estar relacionado a fatores específicos de migração, estrutura familiar ou condições de permanência no território.

Gráfico 5 – Índice de envelhecimento[1] por cor/raça segundo os Censos Demográficos 2010 e 2022 – Território Costa do Descobrimento (BA)



1 – O índice de envelhecimento representa o número de pessoas com 65 anos e mais de idade em relação a um grupo de 100 crianças de zero a 14 anos. O Estatuto do Idoso define como idoso a pessoa de 60 anos ou mais. O corte de 65 anos ou mais foi utilizado nesta análise para manter comparabilidade internacional e com outras pesquisas que utilizam essa faixa etária, como de mercado de trabalho (IBGE, 2025).

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Por outro lado, os grupos pardo e indígena, que representam grandes parcelas da população local, têm índices significativamente mais baixos: 29,4 e 26,3, respectivamente. Isso pode refletir maior mortalidade precoce, acesso limitado a serviços de saúde e condições de vida mais precárias, que impedem que parte dessas populações alcance idades mais avançadas. Em resumo, a chance de envelhecer no território está diretamente associada à cor/raça, revelando que o direito à longevidade não está equitativamente garantido.

O Gráfico 5 reforça que o envelhecimento populacional não é um fenômeno homogêneo: ele expressa desigualdades acumuladas ao longo da vida. Essa constatação deve orientar políticas que reconheçam as especificidades de cada grupo racial na formulação de estratégias de saúde, previdência e assistência social.

Destaques Analíticos:

- O índice de envelhecimento cresceu em todos os grupos raciais, evidenciando maturação demográfica geral;

- O grupo amarelo apresentou o maior índice absoluto (60,6) e o maior crescimento relativo, apesar de sua pequena representação no total populacional;
- Os grupos pardo e indígena apresentam os menores índices, indicando desigualdades no acesso à longevidade;
- O índice total do território passou de 17,9 para 34,5, praticamente dobrando em 12 anos.

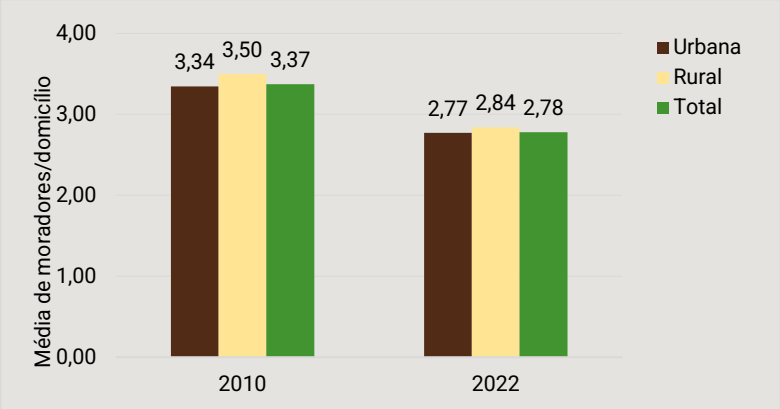
Recomendações:

- Elaborar políticas de envelhecimento com recorte racial, considerando as diferentes trajetórias e acessos a direitos dos grupos populacionais;
- Ampliar a cobertura de saúde preventiva para os grupos com menor índice de envelhecimento (pardos e indígenas), garantindo condições que favoreçam o envelhecer com dignidade;
- Fortalecer redes de apoio e proteção social voltadas a idosos negros e indígenas, reconhecendo a interseccionalidade entre raça, idade e vulnerabilidade;
- Integrar dados demográficos à formulação de políticas públicas de previdência, moradia e mobilidade, com atenção especial à distribuição racial do envelhecimento;
- Promover ações educativas e culturais de valorização da velhice, rompendo estigmas e garantindo visibilidade aos idosos de todos os grupos étnico-raciais.

3.2.6 Média de moradores por domicílio

Os dados apresentados no Gráfico 6 revelam uma transformação estrutural na dinâmica doméstica da população do Território Costa do Descobrimento. Em doze anos, tanto na zona urbana quanto na rural, houve uma redução expressiva no número médio de moradores por domicílio, refletindo uma tendência nacional de reorganização das formas de coabitação.

Gráfico 6 – Evolução da média de moradores por domicílio – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Em 2010, os domicílios urbanos abrigavam, em média, 3,34 pessoas. Já em 2022, essa média caiu para 2,77. No meio rural, a redução foi ainda mais evidente: de 3,50 para 2,84 pessoas por residência. Embora o campo historicamente apresente lares mais numerosos, a diminuição da média nesse recorte indica uma ruptura com padrões tradicionais de famílias extensas ou multigeracionais.

A queda na média de moradores pode estar associada a diversos fatores: redução das taxas de fecundidade, envelhecimento da população, aumento de domicílios unipessoais e migração de jovens em busca de oportunidades. Isso sugere não apenas mudanças quantitativas, mas também qualitativas na configuração das famílias — com implicações diretas para as políticas habitacionais, de saúde e assistência social.

É importante destacar que esse fenômeno, apesar de apresentar ritmo semelhante em áreas urbanas e rurais, tende a impactar de maneira diferente cada contexto. No meio urbano, pode indicar maior acesso à autonomia residencial. Já nas áreas rurais, a redução pode estar relacionada à diminuição populacional e esvaziamento dos territórios — o que exige atenção específica para evitar o agravamento do isolamento social de idosos e trabalhadores remanescentes.

Os resultados do Gráfico 6 apontam para uma sociedade em transição, com novas configurações familiares e desafios inéditos para o planejamento urbano, rural e social no território.

Destaques Analíticos:

- A média geral de moradores por domicílio caiu de 3,37 para 2,78 entre 2010 e 2022, confirmando uma tendência de lares menos populosos;

- A zona rural, que historicamente possuía maiores densidades familiares, também registrou queda: de 3,50 para 2,84 moradores por domicílio;
- A redução atinge tanto áreas urbanas quanto rurais, sinalizando mudanças amplas nas estruturas familiares;
- Os resultados sugerem crescimento de domicílios unifamiliares ou unipessoais e menor convivência entre gerações sob o mesmo teto;
- Implicações diretas nas políticas públicas, especialmente nas áreas de habitação, assistência social e saúde.

Recomendações:

- Rever o planejamento habitacional, adequando programas públicos à crescente demanda por moradias menores e mais individualizadas;
- Ampliar o acesso à moradia digna para populações vulneráveis, especialmente idosos, mulheres chefes de família e jovens adultos que vivem sozinhos;
- Desenvolver políticas intersetoriais para áreas rurais, combatendo o isolamento e estimulando a permanência com qualidade de vida;
- Reorganizar estratégias de saúde da família, considerando o novo perfil domiciliar, com maior presença de pessoas idosas vivendo sozinhas ou em lares reduzidos;
- Investir em infraestrutura de cuidado domiciliar, frente ao declínio das redes familiares tradicionais de suporte.

3.2.7 Pirâmide etária

3.2.7.1 Pirâmide etária da população total no Território Costa do Descobrimento (BA)

Em 2010, a pirâmide etária do Território Costa do Descobrimento apresentava ainda um formato tradicional, com base larga e topo estreito, típico de uma população jovem e em expansão. Os grupos de 0 a 14 anos representavam uma parcela significativa da população total, com destaque para as faixas de 5 a 9 e 10 a 14 anos, ambas com mais de 34 mil residentes. A população masculina superava ligeiramente a feminina na maioria dessas faixas etárias, o que é consistente com padrões esperados para a infância e juventude.

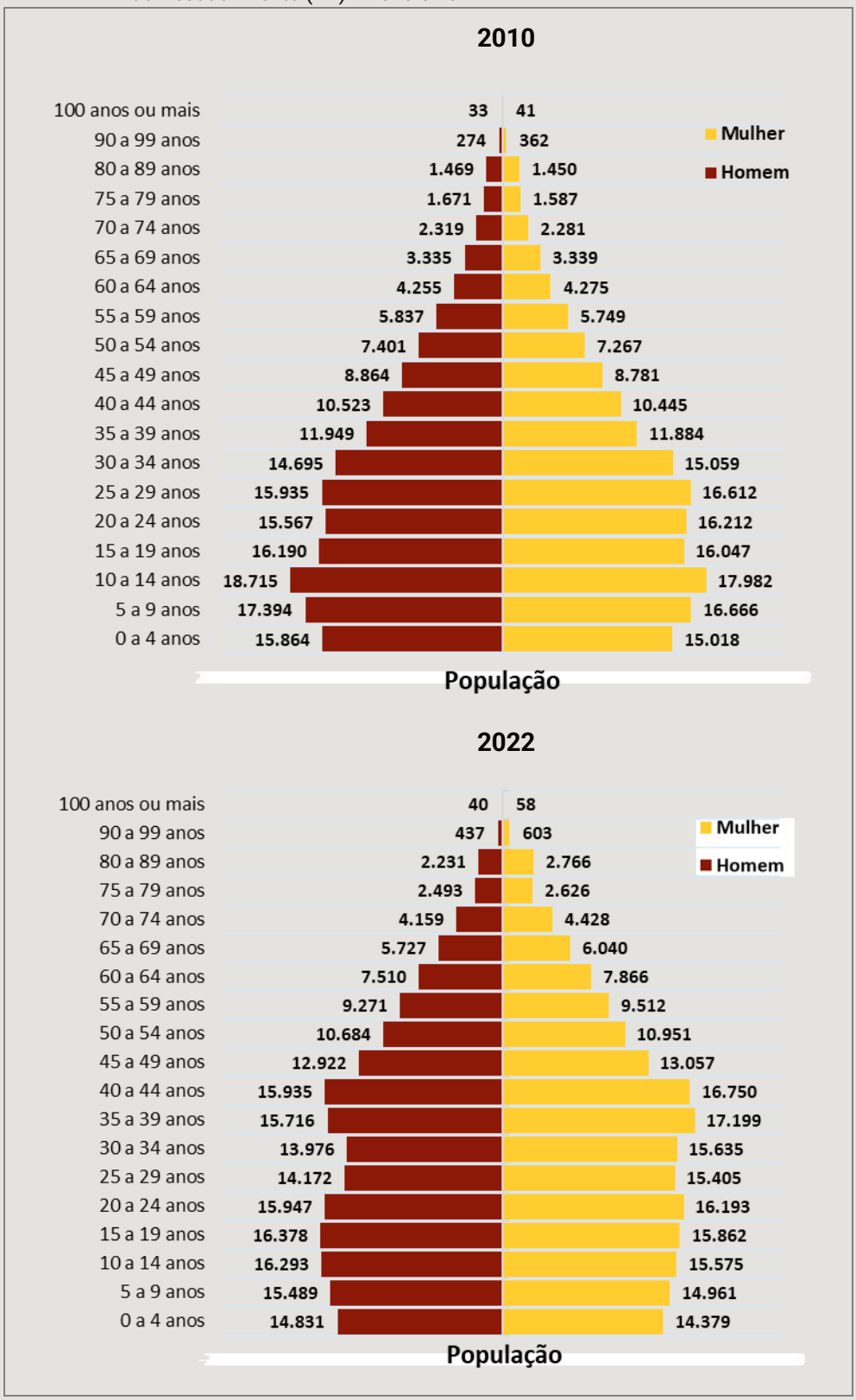
Já a partir dos 30 anos, observa-se redução progressiva da população em cada faixa subsequente, com queda mais acentuada a partir dos 60 anos. O número de pessoas com 80 anos ou mais era bastante reduzido (menos de 3,7 mil indivíduos), evidenciando ainda uma expectativa de vida mais limitada e baixa representatividade da população idosa no contexto demográfico.

Doze anos depois, a pirâmide etária de 2022 já não repete a mesma forma. Embora ainda com base expressiva, o formato passa a se aproximar de um trapézio, indicando desaceleração do crescimento populacional e início de um processo de envelhecimento. As faixas etárias infantis (0 a 14 anos) mostram reduções absolutas em relação a 2010, ao passo que grupos de idade intermediária, como os de 35 a 44 anos, apresentam aumentos relevantes.

A presença de adultos com mais de 60 anos também se amplia visivelmente, com destaque para as faixas de 60 a 74 anos. Esse aumento da população idosa é um reflexo direto da elevação da expectativa de vida e da transição demográfica. Vale destacar que, em todas as faixas acima dos 70 anos, as mulheres superam numericamente os homens, o que reforça uma tendência estrutural de feminização do envelhecimento.

A comparação entre as pirâmides de 2010 e 2022 revela transformações demográficas que impactam diretamente a forma como o território precisa planejar seu futuro. A redução nas faixas etárias infantis e juvenis aponta para a queda na taxa de natalidade e possível retração da fecundidade. Por outro lado, o crescimento proporcional e absoluto da população idosa reforça o alerta para os desafios do envelhecimento populacional.

Gráfico 7 – Pirâmide etária, segundo os grupos de idade no município – Território Costa do Descobrimento (BA) - 2010 e 2022



Fonte: Censos Demográficos (2010, 2022).

Destaques Analíticos:

- A pirâmide de 2010 exibia base jovem e topo estreito, com predominância de faixas até os 30 anos;
- Em 2022, foi evidenciada a redução nas faixas infantis e expansão das idades intermediárias e idosas;
- A população de 65 anos ou mais quase dobrou em várias faixas entre os dois censos;
- Mulheres vivem mais que os homens, especialmente nas faixas acima dos 70 anos, fenômeno consistente com o padrão nacional;
- A estrutura demográfica de 2022 sinaliza um processo claro de envelhecimento populacional em curso no território.

Recomendações:

- Reforçar políticas públicas de atenção à pessoa idosa, com foco em saúde preventiva, mobilidade urbana e acessibilidade;
- Reorientar investimentos em educação básica, considerando a redução da população infantil e a necessidade de qualificação profissional em idades intermediárias;
- Ampliar programas intergeracionais, fortalecendo vínculos sociais entre crianças, jovens e idosos;
- Planejar a expansão de serviços de longo prazo, como cuidados domiciliares e instituições de apoio à longevidade saudável;
- Monitorar continuamente a transição demográfica, atualizando os cadastros e projeções populacionais para melhor planejamento territorial.

3.2.7.2 Pirâmide etária da população preta em Território Costa do Descobrimento (BA)

Ao observar a pirâmide etária da população preta de Porto Seguro no Censo de 2010, destaca-se a expressiva concentração nos grupos de idade entre 5 e 34 anos. Essa conformação é típica de populações jovens, em processo de consolidação demográfica, marcada por altas taxas de natalidade recentes. A base da pirâmide — representada pelas faixas etárias infantis e juvenis — era expressiva, indicando uma geração em crescimento e, ao mesmo tempo, um potencial de força de trabalho futura.

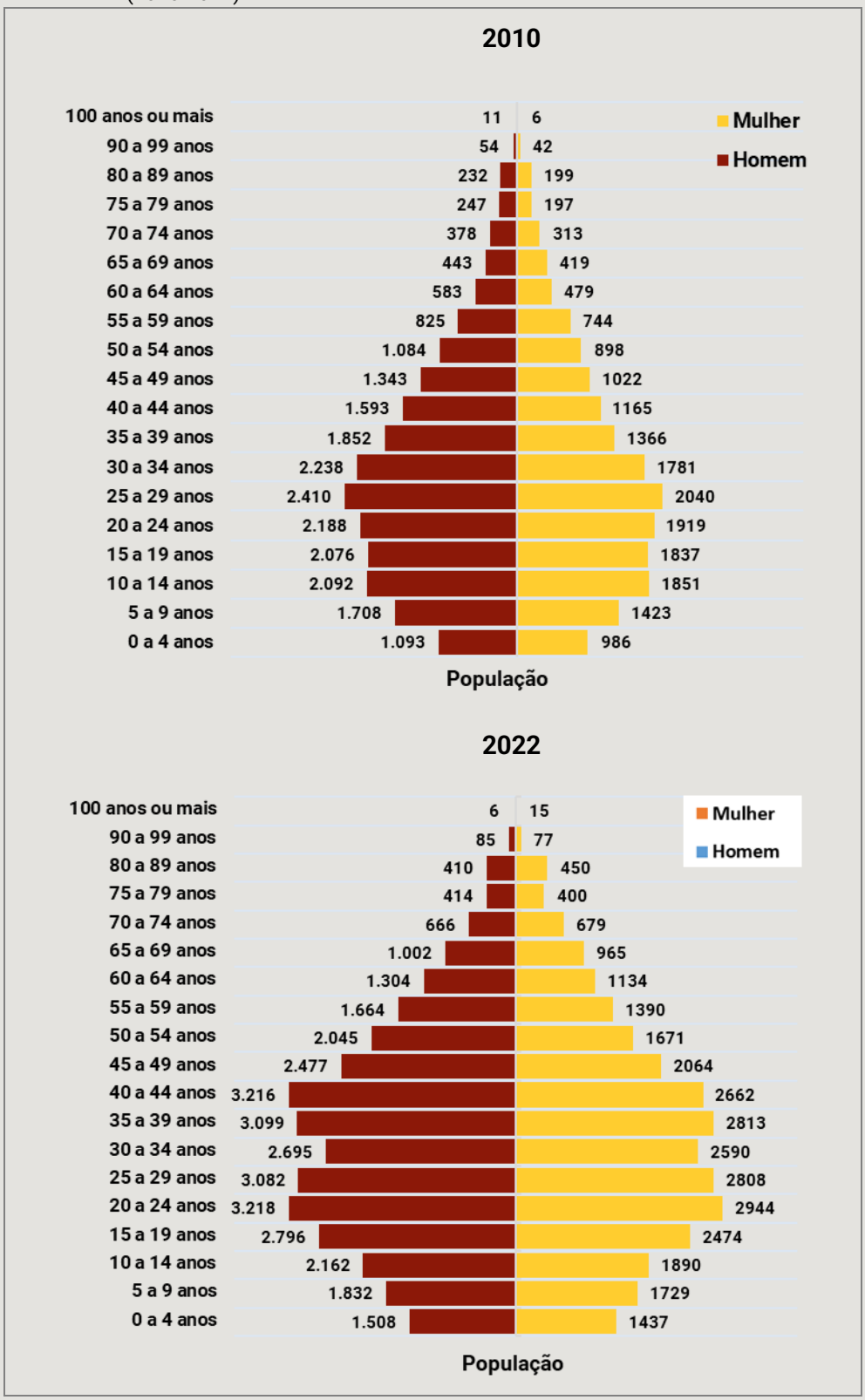
No Censo de 2022, a pirâmide apresenta um contorno mais alargado no centro e uma base visivelmente mais estreita. Os grupos entre 20 e 44 anos passam a ocupar o maior volume populacional, especialmente entre 40 e 34 anos, revelando uma transição demográfica significativa: há sinais claros de desaceleração da fecundidade e aumento da expectativa de vida. Além disso, o número absoluto da população preta saltou de 41 mil para mais de 63 mil pessoas — um crescimento que se expressa com mais intensidade nas faixas adultas e maduras.

Na comparação entre os sexos, a diferença entre homens e mulheres permanece moderada, com leve superioridade masculina em quase todas as idades, exceto nas faixas mais avançadas, a partir dos 80 anos, onde a inversão a favor das mulheres se mantém. Essa configuração aponta para a necessidade de políticas públicas sensíveis ao gênero e ao envelhecimento da população preta.

A comparação entre as pirâmides de 2010 e 2022 evidencia um processo em curso de transição demográfica, caracterizado por dois movimentos simultâneos: a redução da base jovem e a ampliação do topo da pirâmide. Essa mudança no desenho populacional é indicativa de uma queda nas taxas de natalidade entre a população preta do Território Costa do Descobrimento, ao mesmo tempo em que há maior sobrevivência aos grupos etários mais velhos.

Essa nova configuração não apenas altera o perfil etário da população, mas impõe desafios inéditos para o planejamento urbano e social. As políticas públicas voltadas à infância e juventude devem ser reorientadas para atender uma base populacional menor, enquanto cresce a urgência de investimentos em saúde, previdência e inclusão para pessoas idosas negras, especialmente mulheres — as mais presentes nas faixas etárias mais avançadas.

Gráfico 8 – Pirâmide etária da população preta – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)



Fonte: Censos Demográficos (2010, 2022).

Destaques Analíticos:

- A população preta de Porto Seguro cresceu 55,3% entre 2010 e 2022, passando de 41.137 para 63.873 pessoas;
- Houve estreitamento da base da pirâmide, sinalizando queda nas taxas de natalidade;
- As faixas de 25 a 39 anos passaram a concentrar a maior parte da população preta;
- As mulheres pretas continuam predominando nas faixas etárias acima dos 80 anos, mantendo o padrão de maior longevidade.

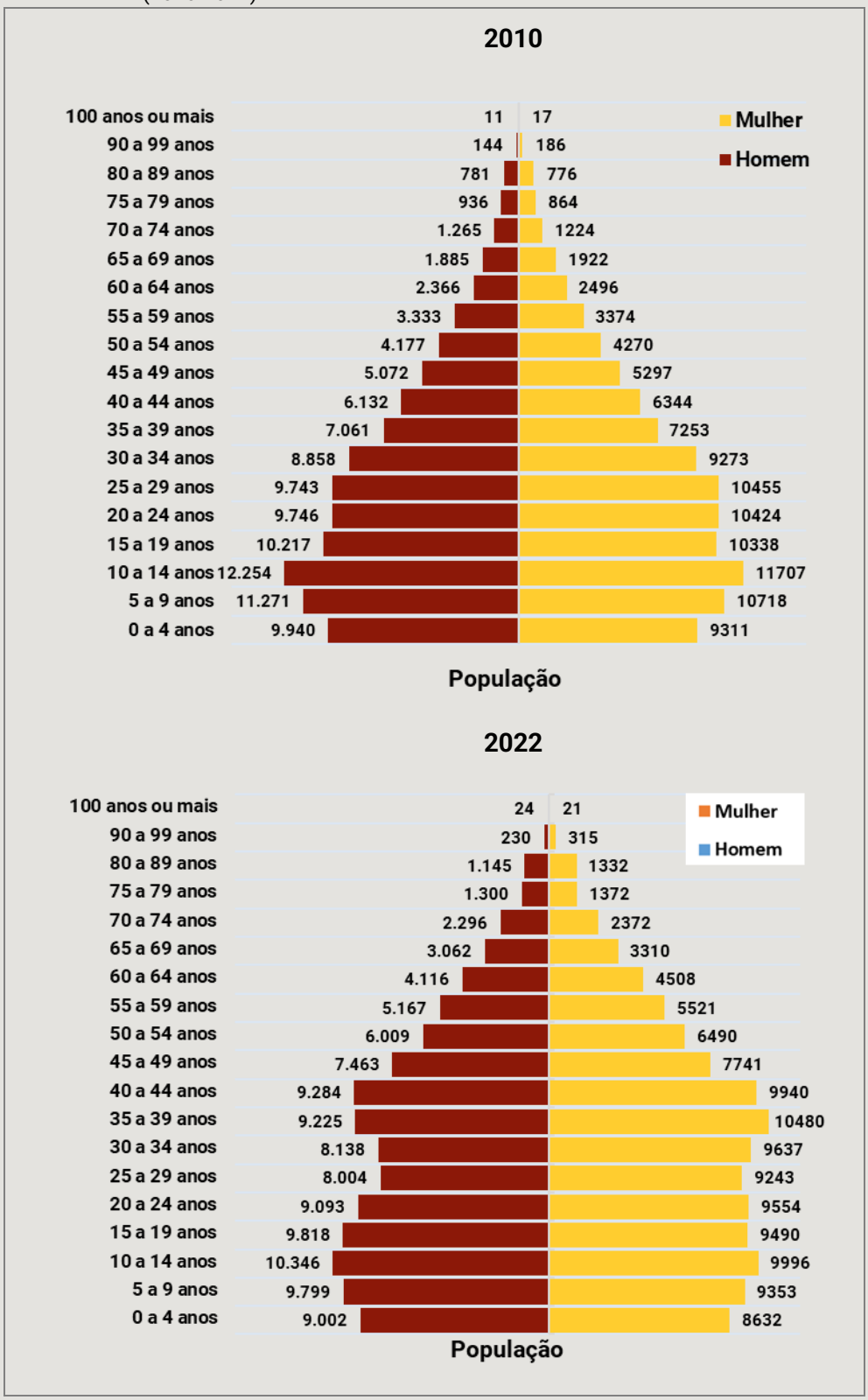
Recomendações:

- Promover políticas de envelhecimento ativo voltadas à população preta, com foco em saúde, assistência e inclusão social;
- Reforçar ações de equidade racial que contemplem os ciclos de vida, especialmente no acesso à educação, saúde e emprego nas faixas de 25 a 39 anos;
- Monitorar a queda na população jovem e seus efeitos sobre a estrutura de serviços como educação infantil e políticas de juventude;
- Desenvolver estudos específicos sobre a condição de vida da população preta idosa no território, com ênfase na dupla vulnerabilidade: etária e racial.

3.2.7.3 Pirâmide etária da população parda em Território Costa do Descobrimento (BA)

Composta por mais de 211 mil pessoas, a população parda era maioria absoluta no território em 2010, com distribuição etária típica de um cenário de crescimento populacional sustentado. O Gráfico 9 revela uma base ainda bastante alargada, especialmente nas faixas de 5 a 14 anos, que superam 45 mil indivíduos. Essa estrutura confirma a relevância do grupo pardo na composição demográfica local e sua participação decisiva na dinâmica populacional.

Gráfico 9 – Pirâmide etária da população parda – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)



Fonte: Censos Demográficos (2010, 2022).

Outro aspecto que chama atenção é o equilíbrio entre os sexos em praticamente todas as faixas etárias. Pequenas variações aparecem apenas nos extremos da pirâmide — nos grupos mais jovens, levemente mais homens; nos mais velhos, predominância feminina, reflexo da diferença de longevidade.

Doze anos depois, a pirâmide da população parda no território sofreu alterações significativas. O total de indivíduos pardos cresceu para cerca de 232,8 mil pessoas. Contudo, esse crescimento foi mais expressivo nas faixas adultas e maduras, especialmente entre os 30 e 44 anos. A base da pirâmide, formada pelas crianças de 0 a 9 anos, apresentou retração numérica e percentual — indício de menor taxa de fecundidade.

O centro da pirâmide ficou mais espesso, evidenciando que grande parte da população parda está em idade economicamente ativa, o que reforça a importância da inclusão produtiva e da oferta de oportunidades de trabalho e qualificação para esse grupo. No topo da pirâmide, a presença crescente de idosos, embora ainda proporcionalmente menor, começa a apontar para o envelhecimento progressivo da população parda, sobretudo entre as mulheres.

A leitura comparativa das pirâmides etárias de 2010 e 2022 evidencia um fenômeno já observado em outros segmentos populacionais do território: a transição demográfica. A população parda, ainda majoritariamente jovem, começa a apresentar sinais de maturação, com declínio nas faixas infantis e ascensão nos grupos adultos. Essa transformação pode estar associada ao maior acesso a métodos contraceptivos, mudanças nos projetos familiares e à urbanização crescente.

Além disso, o alargamento das faixas entre 30 e 49 anos sugere uma geração em plena atividade produtiva que demanda políticas públicas específicas, como qualificação profissional, saúde do trabalhador, apoio à parentalidade e enfrentamento das desigualdades raciais no mercado de trabalho. Simultaneamente, o crescimento da população idosa parda, embora mais tímido, exige atenção preventiva para evitar a reprodução de desigualdades sociais em idade avançada.

Destaques Analíticos:

- A população parda do território cresceu cerca de 10% entre os dois censos, alcançando 232.828 pessoas em 2022;

- A base da pirâmide reduziu em termos proporcionais, indicando queda na taxa de natalidade entre a população parda;
- Observa-se leve, porém crescente, ampliação das faixas etárias mais elevadas, sinalizando envelhecimento gradual do grupo.

Recomendações:

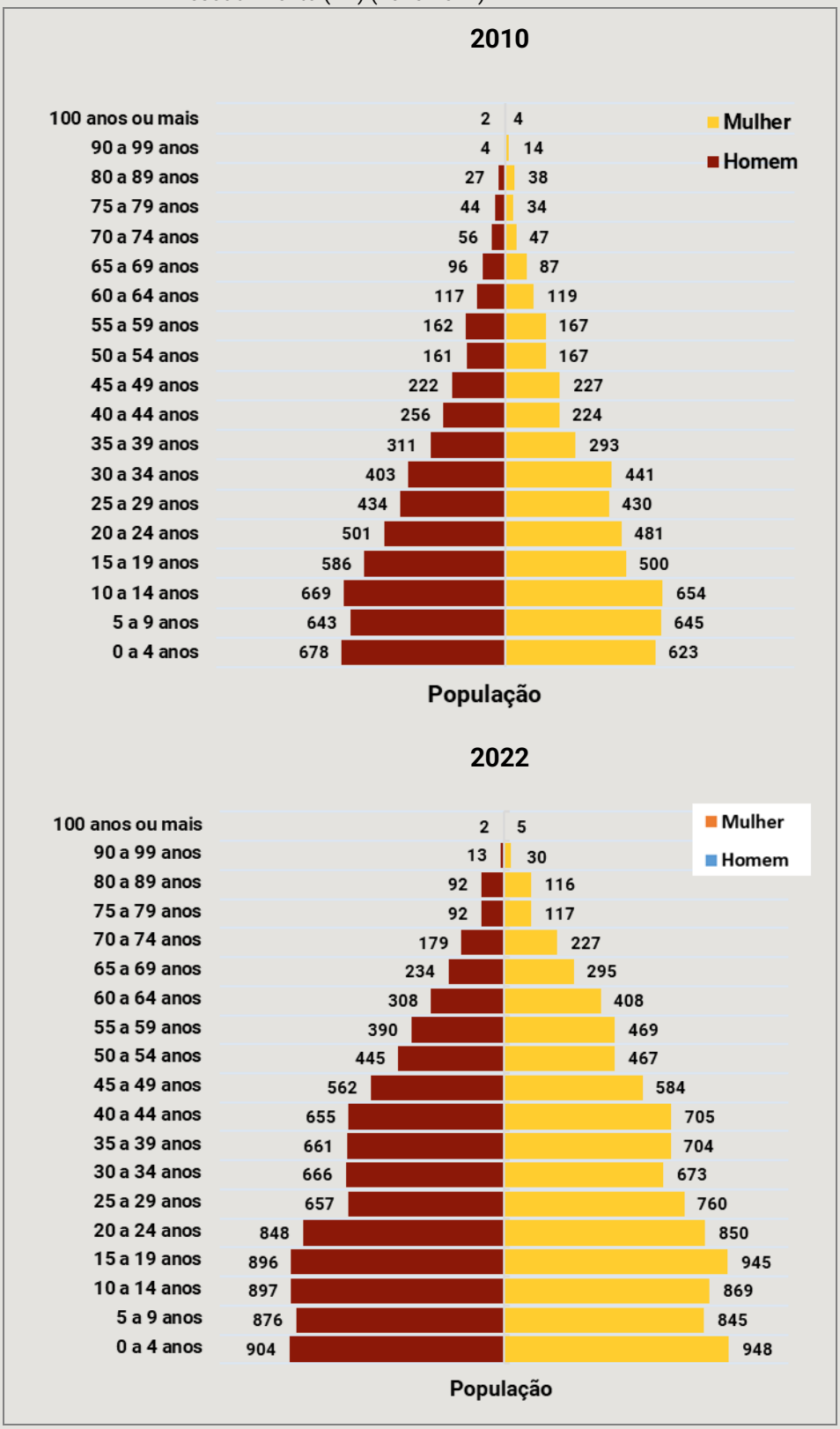
- Priorizar políticas de desenvolvimento econômico com foco na população parda em idade ativa, combatendo desigualdades raciais no acesso ao emprego e à renda;
- Investir em políticas de saúde preventiva e educação sexual e reprodutiva, considerando a mudança nos padrões de fecundidade;
- Incluir a variável racial nos programas de atenção à pessoa idosa, prevenindo o aprofundamento das desigualdades ao longo do envelhecimento;
- Desenvolver políticas públicas territorializadas, sensíveis às especificidades etárias e raciais da população parda.

3.2.7.4 Pirâmide etária da população indígena em Território Costa do Descobrimento (BA)

A configuração da pirâmide etária em 2010 revela uma população indígena jovem, com destaque para os grupos etários até 14 anos, que somavam mais de 3,9 mil indivíduos — cerca de 37% do total. A base larga e o topo afunilado indicam uma estrutura demográfica ainda em processo de crescimento, reflexo de elevadas taxas de natalidade e da presença significativa de crianças e adolescentes nas comunidades.

No entanto, os dados também revelam a baixa representatividade das faixas mais velhas, especialmente acima dos 60 anos, o que pode sugerir uma expectativa de vida inferior à média da população geral. A paridade entre homens e mulheres manteve-se razoavelmente equilibrada, com leve predominância masculina nas faixas mais jovens e reversão dessa tendência a partir dos 60 anos.

Gráfico 10 – Pirâmide etária da população indígena – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010-2022)



Fonte: Censos Demográficos (2010, 2022).

O cenário registrado em 2022 mostra uma transformação expressiva. A população indígena mais que dobrou no período intercensitário, alcançando 19.394 pessoas — o que pode refletir tanto crescimento natural quanto maior autorreconhecimento ou mudança na metodologia de coleta. As faixas etárias continuam concentradas entre os jovens, mas há um avanço notável nas faixas adultas, especialmente entre 25 e 44 anos, que agora representam um contingente importante.

Também se percebe um crescimento mais acentuado nas faixas etárias acima de 60 anos. Ainda que pequenas em número absoluto, essas faixas duplicaram ou triplicaram em relação ao Censo anterior. O dado pode estar relacionado a uma combinação de fatores: melhoria nos serviços de saúde, maior visibilidade da população indígena e avanços no registro e identificação dessas comunidades.

A análise comparativa entre os dois períodos aponta para uma reconfiguração gradual da pirâmide etária da população indígena. A base, embora ainda expressiva, perdeu proporção relativa, enquanto o miolo e o topo da pirâmide ganharam densidade. A estrutura começa a indicar um leve processo de transição demográfica — ainda distante do envelhecimento consolidado, mas já marcando uma nova etapa do ciclo populacional.

Esse processo deve ser interpretado com atenção, pois ele acarreta novas demandas em termos de políticas públicas. Com mais indígenas em idade adulta e idosa, cresce a necessidade de ações específicas nas áreas de saúde, previdência, acesso à renda e valorização das culturas e modos de vida tradicionais em contextos urbanos e rurais.

Destaques Analíticos:

- A população indígena no território quase duplicou entre 2010 e 2022, passando de 10.567 para 19.394 pessoas;
- A base da pirâmide (0 a 14 anos) ainda é significativa, mas perdeu proporção relativa;
- As faixas etárias entre 25 e 44 anos cresceram consideravelmente, sugerindo amadurecimento populacional;
- A presença de idosos indígenas aumentou, embora ainda seja numericamente pequena, indicando avanços na longevidade ou no reconhecimento dessa parcela.

Recomendações:

- Ampliar políticas de saúde com foco na juventude e nos adultos indígenas, respeitando suas especificidades culturais;
- Desenvolver programas voltados ao envelhecimento indígena, especialmente nas áreas de saúde preventiva, assistência social e direitos dos idosos;
- Valorizar e reconhecer a identidade indígena no planejamento territorial e na alocação de recursos públicos;
- Fortalecer a educação intercultural e os mecanismos de coleta de dados para garantir maior visibilidade e precisão nas estatísticas populacionais.

3.3 Educação

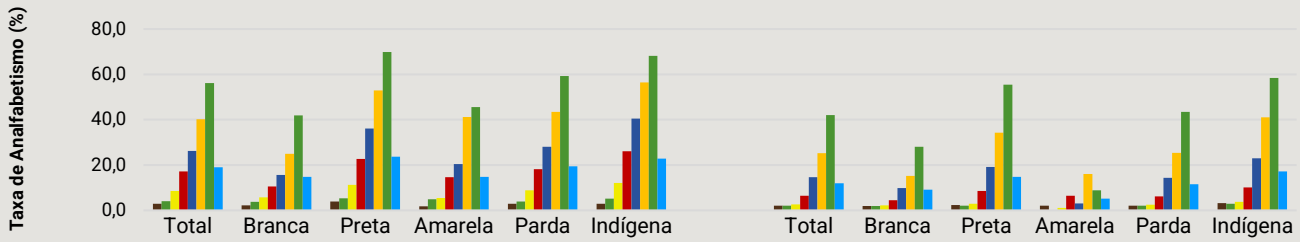
3.3.1 Taxa de Analfabetismo por Cor/Raça e Faixa Etária

A leitura dos dados de 2010 revela um quadro preocupante de exclusão educacional no Território Costa do Descobrimento, sobretudo entre adultos e idosos. A taxa de analfabetismo total era de 19,0%, mas essa média encobria disparidades profundas entre faixas etárias e grupos raciais. Indivíduos com 65 anos ou mais apresentavam índice alarmante de 56,1%, demonstrando os efeitos de uma geração privada do acesso ao ensino formal. Faixas etárias intermediárias, como de 55 a 64 anos (40,2%) e de 45 a 54 anos (26,2%), também registravam percentuais expressivos.

As desigualdades por cor/raça eram marcantes. Pessoas pretas (23,7%), indígenas (22,8%) e pardas (19,4%) tinham índices de analfabetismo superiores à média do território, enquanto os brancos (14,8%) apresentavam situação relativamente melhor. Essa diferença se agravava com o avanço da idade: entre pretos com 65 anos ou mais, o analfabetismo chegava a 69,9%; entre indígenas, a 68,2%; e entre pardos, a 59,3%.

Os resultados do Censo 2022 indicam avanços expressivos na redução do analfabetismo. A taxa geral caiu para 11,9%, com destaque para a população mais jovem: entre 15 a 19 anos, o índice foi de apenas 2,1%; já entre 20 a 24 anos, foi de 2,1%, sinalizando que as novas gerações tiveram acesso ampliado à educação básica.

Gráfico 11 – Evolução da taxa de analfabetismo da população por cor/raça e grupos etários – Território Costa do Descobrimento (BA) (2010 e 2022)



	2010						2022					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
15 a 19	2,9	2,2	3,9	1,8	2,9	2,9	2,1	1,9	2,3	2,0	2,0	3,2
20 a 24	4,1	3,8	5,3	4,9	3,9	5,2	2,1	1,9	2,1	0,0	2,0	2,9
25 a 34	8,5	5,8	11,2	5,5	8,8	12,1	2,6	2,2	2,9	1,1	2,5	3,7
35 a 44	17,2	10,6	22,7	14,7	18,2	26,1	6,5	4,4	8,5	6,4	6,2	10,1
45 a 54	26,2	15,6	36,1	20,4	28,0	40,5	14,7	9,8	19,1	3,0	14,4	22,9
55 a 64	40,2	25,0	52,9	41,2	43,5	56,5	25,2	15,2	34,3	16,0	25,4	41,0
65 anos ou	56,1	41,9	69,9	45,5	59,3	68,2	42,1	28,1	55,5	8,8	43,5	58,4
Total	19,0	14,8	23,7	14,8	19,4	22,8	11,9	9,1	14,8	5,2	11,5	17,2

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Ainda assim, as disparidades raciais continuam evidentes. O analfabetismo entre indígenas (17,2%) e pretos (14,8%) permanece acima da média geral, contrastando com os 9,1% observados entre brancos. Os idosos ainda concentram as maiores taxas, especialmente os indígenas (58,4%) e os pretos (55,5%), revelando o legado de negação de direitos educacionais ao longo de décadas.

Mesmo com a queda nos números gerais, a persistência dessas desigualdades sugere que as políticas públicas não têm alcançado de forma equitativa os grupos historicamente vulnerabilizados.

Destaques Analíticos:

- Redução da taxa total de analfabetismo no território de 19,0% (2010) para 11,9% (2022);
- Avanço significativo entre os jovens: taxa de apenas 2,1% entre 15 a 19 anos em 2022;
- A população preta, parda e indígena segue mais vulnerável à exclusão educacional;

- Entre os idosos indígenas, o índice de analfabetismo permanece elevado (58,4%);
- As desigualdades raciais persistem, mesmo diante da melhoria geral no acesso à educação.

Recomendações:

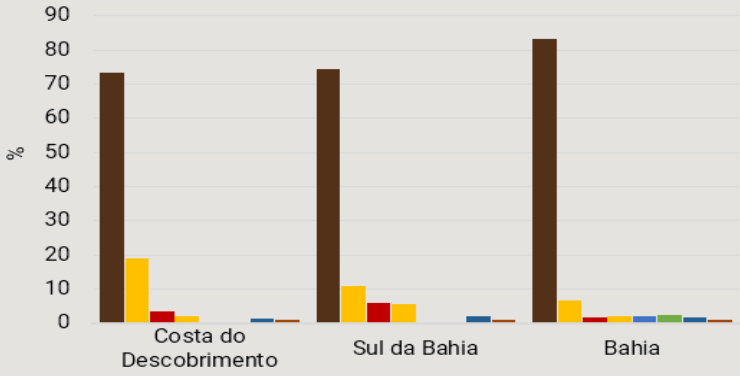
- Intensificar os programas de alfabetização de jovens e adultos, com foco especial nas faixas etárias acima de 45 anos;
- Desenvolver políticas públicas com recorte racial e etário, assegurando que indígenas, pretos e pardos tenham acesso a estratégias específicas e inclusivas;
- Promover ações de educação permanente para idosos, com metodologias adaptadas e ambientes acolhedores;
- Fortalecer a atuação das escolas do campo e escolas indígenas, valorizando a diversidade cultural e linguística do território;
- Ampliar campanhas públicas de incentivo à alfabetização, especialmente em comunidades tradicionais e áreas rurais;
- Monitorar os indicadores educacionais por raça/cor e idade, a fim de orientar intervenções mais precisas e efetivas no território.

3.4 Infraestrutura Domiciliar e Saneamento Básico

3.4.1 Abastecimento de Água

A realidade do abastecimento de água no Território Costa do Descobrimento, segundo os dados do Censo 2022, revela um cenário com predominância do fornecimento pela rede geral de distribuição, responsável por atender 73,17% dos domicílios ocupados. Apesar de ser a principal fonte de abastecimento na região, esse percentual é inferior ao registrado na média estadual (83,12%), o que indica lacunas estruturais ainda existentes na universalização desse serviço essencial.

Gráfico 12 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de canalização de água e principal forma de abastecimento de água– Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)



	Costa do Descobrimento	Sul da Bahia	Bahia
Rede geral de distribuição	73,17	74,31	83,12
Poço profundo ou artesiano	18,84	10,88	6,7
Poço raso, freático ou cacimba	3,43	5,85	1,53
Fonte, nascente ou mina	2,18	5,43	1,97
Carro-pipa	0,1	0,16	1,99
Água da chuva armazenada	0,14	0,39	2,29
Rios, açudes, córregos, lagos e igarapés	1,21	2,12	1,52
Outra	0,93	0,85	0,87

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

O segundo maior percentual observado corresponde aos domicílios abastecidos por poços profundos ou artesianos, representando 18,84% do total. Essa proporção é significativamente mais elevada que a da Bahia como um todo (6,7%), evidenciando a dependência da população local de soluções alternativas à rede pública — possivelmente em razão da baixa capilaridade da infraestrutura hídrica em áreas periurbanas e rurais.

Outras fontes de abastecimento, como poços rasos (3,43%), fontes e nascentes (2,18%), e rios, açudes ou lagos (1,21%), ainda que minoritárias, merecem atenção, pois geralmente estão mais expostas à contaminação, irregularidade no fornecimento e sazonalidade. A soma dessas fontes, juntamente com meios como água da chuva (0,14%) e carro-pipa (0,1%), aponta para um contingente que, embora pequeno, permanece em situação de vulnerabilidade hídrica.

Comparando-se com o Sul da Bahia, o território apresenta desempenho ligeiramente inferior na cobertura da rede geral e maior uso de poços profundos, o que sugere diferenças importantes na configuração geográfica, gestão dos recursos hídricos e políticas de saneamento aplicadas regionalmente.

Mesmo com avanços, os dados sugerem que parte significativa da população ainda convive com alternativas de abastecimento que podem comprometer a

regularidade e a qualidade da água, com implicações diretas na saúde e no bem-estar das famílias.

Destaques Analíticos:

- A rede geral abastece 73,17% dos domicílios do território, abaixo da média estadual (83,12%);
- Alto percentual de domicílios utiliza poços profundos (18,84%), o que pode refletir ausência ou ineficiência da rede pública;
- Fontes como poços rasos, nascentes e rios ainda são utilizadas, embora menos expressivamente, e representam riscos potenciais à segurança hídrica;
- Comparado ao Sul da Bahia, o território possui maior dependência de fontes subterrâneas e menor cobertura da rede geral.

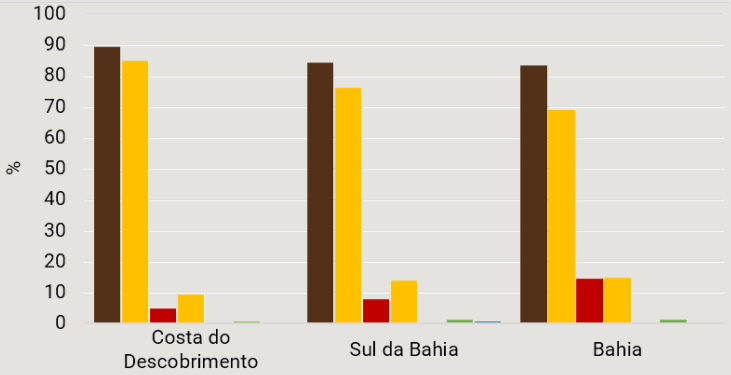
Recomendações:

- Expandir a cobertura da rede pública de abastecimento, com prioridade para zonas rurais e comunidades tradicionais;
- Fortalecer ações de monitoramento da qualidade da água em fontes alternativas, especialmente poços e nascentes utilizados por populações sem acesso à rede;
- Investir em tecnologias sociais de captação e tratamento de água, como cisternas filtrantes e sistemas de reuso;
- Mapear e diagnosticar as áreas com maior déficit hídrico, orientando políticas públicas e alocação de recursos;
- Promover a regularização fundiária e a integração de comunidades isoladas às redes de infraestrutura urbana, quando possível.

3.4.2 Destino do Lixo nos Domicílios Particulares Permanentes

A forma como os resíduos domiciliares são descartados reflete não apenas o nível de infraestrutura de limpeza urbana, mas também aspectos de planejamento territorial, educação ambiental e desigualdade de acesso a serviços públicos. No Território Costa do Descobrimento, 89,53% dos domicílios declararam contar com algum tipo de coleta de lixo, sendo 84,73% atendidos diretamente no domicílio por serviço público de limpeza e 4,81% depositado em caçamba de serviço de limpeza, o que representa uma taxa superior à média da Bahia (83,37%) e também ao percentual do Sul da Bahia (84,21%).

Gráfico 13 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de destino de lixo – Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)



	Costa do Descobrimento	Sul da Bahia	Bahia
Coletado	89,53	84,21	83,37
Coletado no domicílio por serviço de limpeza	84,73	76,24	68,94
Depositado em caçamba de serviço de limpeza	4,81	7,96	14,43
Queimado na propriedade	9,25	13,83	14,7
Enterrado na propriedade	0,22	0,34	0,33
Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública	0,67	1,12	1,23
Outro destino	0,32	0,51	0,37

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Essa cobertura ampliada na coleta domiciliar direta pode indicar avanços nos investimentos municipais em saneamento básico, principalmente em áreas urbanas mais densamente povoadas. No entanto, ainda existe uma parcela de 4,81% dos domicílios que realiza o descarte por meio de caçambas públicas — uma estratégia menos eficiente do ponto de vista sanitário, pois tende a concentrar lixo em pontos fixos e não resolve adequadamente a coleta regular.

O dado mais preocupante, contudo, está nos 9,25% de domicílios que queimam o lixo na própria propriedade, um percentual que, embora inferior ao do Sul da Bahia (13,83%), ainda representa risco ambiental e à saúde pública. Essa prática pode estar associada a áreas rurais com difícil acesso à coleta, ausência de

alternativas de descarte e baixa sensibilização sobre os impactos da queima de resíduos, como poluição do ar e liberação de substâncias tóxicas.

Destinos como o enterro do lixo (0,22%) ou o jogo em áreas públicas (0,67%) ainda ocorrem, embora em pequena escala, e são indicativos de fragilidades residuais na gestão dos resíduos sólidos. Já os registros classificados como "outro destino" (0,32%) podem englobar desde compostagem até descarte irregular não declarado, e merecem atenção especial em levantamentos futuros.

Apesar dos avanços, os dados mostram que há espaço para melhorias tanto na ampliação dos serviços quanto na educação ambiental da população, com vistas à eliminação definitiva de práticas de descarte inadequadas.

Destaques Analíticos:

- A coleta domiciliar atinge 89,53% dos domicílios no território, superior à média estadual e ao Sul da Bahia;
- Prática de queima de lixo ainda persiste em 9,25% das residências, gerando risco ambiental;
- O território apresenta melhor desempenho geral que o Sul da Bahia e a Bahia, mas ainda enfrenta desafios em áreas rurais e vulneráveis.

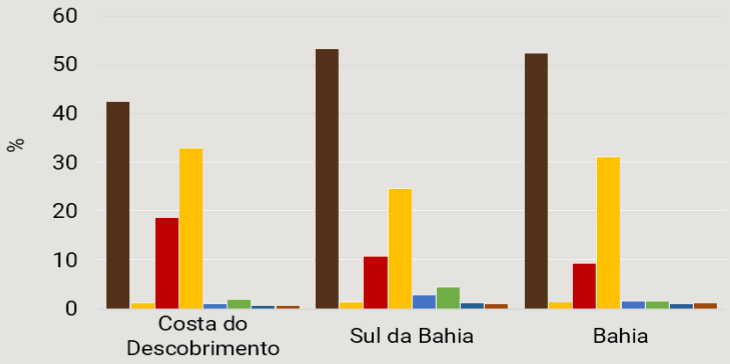
Recomendações:

- Expandir a coleta domiciliar para áreas não atendidas, priorizando comunidades rurais e assentamentos informais;
- Promover campanhas de educação ambiental, com foco nos impactos da queima de lixo e descarte irregular;
- Estabelecer pontos de coleta seletiva e incentivar cooperativas de reciclagem, promovendo inclusão produtiva;
- Mapear localidades com práticas de enterro e queima, direcionando investimentos em infraestrutura e mobilização comunitária.

3.4.3 Tipo de Instalação Sanitária nos Domicílios (2022)

O padrão de acesso ao esgotamento sanitário revela não apenas a qualidade da infraestrutura urbana e rural, mas também profundas desigualdades socioespaciais. No caso do Território Costa do Descobrimento, os dados do Censo 2022 mostram que menos da metade dos domicílios (42,43%) estavam conectados à rede geral ou pluvial de esgoto, o que coloca a região em posição inferior tanto em relação à média estadual (52,44%) quanto à do Sul da Bahia (53,22%).

Gráfico 14 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de instalação sanitária – Território Costa do Descobrimento, Sul da Bahia e Estado da Bahia (2022)



	Costa do Descobrimento	Sul da Bahia	Bahia
Rede geral ou pluvial	42,43	53,22	52,44
Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede	1,25	1,51	1,42
Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede	18,68	10,84	9,37
Fossa rudimentar ou buraco	32,93	24,63	31,1
Vala	1,17	2,93	1,57
Rio, lago, córrego ou mar	2	4,44	1,66
Outra forma	0,79	1,34	1,12
Não tinham banheiro nem sanitário	0,75	1,1	1,31

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2022).

Um número expressivo de domicílios (32,93%) ainda faz uso de fossas rudimentares ou buracos, forma de destinação considerada precária do ponto de vista sanitário, ambiental e de saúde pública. Esse percentual é significativamente maior do que a média estadual (31,1%) e bem acima do observado no Sul da Bahia (24,63%), o que reforça a persistência de carências estruturais especialmente em comunidades periféricas ou rurais do território.

Outro dado que merece destaque é o fato de que 18,68% das residências utilizam fossas sépticas ou filtro, mas não conectadas à rede, o que pode indicar uma solução alternativa em áreas sem cobertura da rede pública. Ainda que mais higiênica do que fossas rudimentares, essa modalidade carece de manutenção

e fiscalização, podendo representar risco à contaminação de solos e lençóis freáticos.

Casos extremos de precariedade sanitária também foram registrados: 2% dos domicílios descartam dejetos diretamente em corpos hídricos (rios, lagos ou mar), e 0,75% sequer possuíam banheiro ou sanitário, o que evidencia violações ao direito básico ao saneamento.

Esses indicadores revelam um desafio persistente: garantir acesso equitativo à infraestrutura sanitária adequada, com vistas à promoção da saúde coletiva e à superação de desigualdades históricas, especialmente em territórios marcados por exclusões sociais.

Destaques Analíticos:

- Apenas 42,43% dos domicílios têm acesso à rede geral de esgoto, abaixo da média estadual;
- Mais de 30% das residências usam fossas rudimentares, forma considerada inadequada;
- 2% despejam esgoto diretamente em rios, lagos ou mares, agravando riscos ambientais;
- Quase 1% das moradias não têm banheiro ou sanitário, configurando grave violação sanitária.

Recomendações:

- Ampliar os investimentos em expansão da rede de esgoto, com foco nas áreas rurais e periféricas;
- Implementar programas de substituição de fossas rudimentares por sistemas sépticos adequados, com orientação técnica e subsídios públicos;
- Fortalecer a fiscalização ambiental sobre descarte direto em corpos hídricos, aplicando sanções e promovendo alternativas sustentáveis;
- Estabelecer metas específicas para erradicar a ausência total de instalações sanitárias, priorizando ações emergenciais em comunidades vulneráveis;
- Integrar políticas habitacionais e de saneamento, promovendo soluções articuladas e sustentáveis no território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de sistematizar dados quantitativos, este diagnóstico buscou interpretar criticamente as realidades locais a partir de uma lente interseccional, destacando como marcadores sociais como cor, raça, território e acesso a direitos moldam as condições de vida da população. Essa abordagem não apenas evidencia disparidades, mas também permite vislumbrar caminhos possíveis para o enfrentamento das desigualdades persistentes no território.

É importante ressaltar que a construção deste diagnóstico não se encerra nos números apresentados, mas nos sentidos que eles revelam. Os indicadores analisados oferecem elementos concretos para o planejamento e a execução de políticas públicas orientadas à justiça social, especialmente voltadas aos grupos historicamente marginalizados, como população negra, indígena e comunidades tradicionais.

Ao trazer à tona as fragilidades e os potenciais do Território Costa do Descobrimento, espera-se que este estudo sirva de subsídio para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento regional que articulem equidade, sustentabilidade e participação social.

Estrutura Populacional e Demográfica

A compreensão da estrutura etária e da composição racial do território é fundamental para o planejamento de políticas públicas equitativas. A análise das pirâmides etárias e dos perfis demográficos da população preta, parda e indígena entre os anos de 2010 e 2022 revelou transformações significativas na dinâmica de envelhecimento, no crescimento populacional e nas disparidades entre os grupos raciais.

Entre os principais achados, destacam-se a tendência de envelhecimento populacional, a redução da proporção de crianças e adolescentes em algumas faixas etárias, e o aumento expressivo da população indígena em termos absolutos. Essas mudanças indicam a necessidade de readequação das políticas de saúde, assistência social e educação, com foco interseccional e territorializado.

Destaques analíticos:

- Envelhecimento progressivo da população parda e indígena no território;
- Aumento da proporção de adultos jovens na população preta;
- Crescimento absoluto da população indígena entre 2010 e 2022.

Recomendações:

- Ampliar os serviços públicos voltados à população idosa, especialmente nas áreas rurais;
- Incentivar políticas de juventude com foco em formação, emprego e renda para jovens pretos, pardos e indígenas;
- Reconhecer a diversidade étnico-racial nas ações de saúde, educação e cultura, promovendo inclusão efetiva.

Educação

A educação é um setor estratégico para a superação das desigualdades sociais. O levantamento sobre a taxa de analfabetismo por faixa etária e cor/raça no território expôs o impacto persistente da exclusão educacional sobre os povos indígenas, pretos e pardos. Ainda que tenha havido uma redução geral nas taxas de analfabetismo, as desigualdades raciais permanecem expressivas, sobretudo nas faixas etárias mais elevadas.

O diagnóstico também evidenciou uma melhora significativa entre os jovens de 15 a 24 anos, reflexo de políticas educacionais mais inclusivas na última década. No entanto, persistem desafios ligados ao acesso, permanência e qualidade da educação voltada às populações negras e indígenas.

Destaques analíticos:

- Redução expressiva da taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias entre 2010 e 2022;
- Persistência de maiores taxas de analfabetismo entre a população indígena e preta acima dos 45 anos;
- Avanços notáveis entre jovens pretos, pardos e indígenas de 15 a 24 anos.

Recomendações:

- Reforçar programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos com foco étnico-racial;
- Assegurar material didático inclusivo e formação continuada de professores sobre educação antirracista;
- Fortalecer a educação indígena em sua perspectiva bilíngue e intercultural.

Infraestrutura Domiciliar e Saneamento Básico

A qualidade da moradia e o acesso a serviços de infraestrutura básica são condições essenciais para o bem-estar e a saúde da população. No território Costa do Descobrimento, os dados revelam disparidades importantes no acesso à rede geral de água, destino do lixo e tipo de instalação sanitária. Ainda que os indicadores gerais mostrem que a maioria dos domicílios esteja conectada à rede de água, observa-se uma dependência significativa de poços e fontes alternativas.

A precariedade no esgotamento sanitário e o uso de fossas rudimentares também se mantêm elevados, especialmente em comunidades mais vulneráveis. Tais condições contribuem para agravar os indicadores de saúde e perpetuam as desigualdades estruturais, principalmente para as populações preta, parda e indígena.

Destaques analíticos:

- Alta cobertura da rede geral de água, mas uso expressivo de poços e fontes alternativas;
- Presença significativa de fossas rudimentares e esgoto a céu aberto;
- Proporção expressiva de domicílios com lixo queimado ou enterrado, especialmente fora dos centros urbanos.

Recomendações:

- Investir na ampliação da rede de esgoto e na substituição de fossas rudimentares por sistemas sanitários adequados;
- Priorizar a universalização do acesso à água potável em comunidades tradicionais e rurais;
- Implementar políticas de gestão de resíduos sólidos com participação comunitária e educação ambiental.

A partir das evidências analisadas, torna-se evidente que o Território Costa do Descobrimento apresenta uma realidade marcada por contrastes: ao mesmo tempo em que revela avanços em alguns indicadores sociais, persistem desigualdades estruturais que afetam, de forma mais intensa, grupos étnico-raciais historicamente vulnerabilizados. O diagnóstico evidencia que tais desigualdades não são casuais, mas expressão de processos históricos de exclusão que continuam a impactar o acesso a direitos e oportunidades.

O desafio que se impõe, portanto, é transformar esses dados em insumos estratégicos para a formulação de políticas públicas intersetoriais, fundamentadas na justiça social, na equidade racial e no reconhecimento das especificidades territoriais. Superar as desigualdades reveladas exige ações planejadas e articuladas entre diferentes níveis de governo, com a participação ativa da sociedade civil e o fortalecimento das instâncias locais de controle e deliberação.

Neste sentido, este diagnóstico busca contribuir para uma agenda de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, sustentável, inclusiva e ancorada na escuta qualificada das realidades vividas no território. Que os achados aqui apresentados possam inspirar ações concretas, orientar decisões políticas e fortalecer o compromisso coletivo com a construção de um futuro mais justo para todas as populações que compõem o Território Costa do Descobrimento.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Estatísticas dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Diretoria de Estatística e Informações. **Projeções populacionais**: Minas Gerais e Regiões Geográficas Intermediárias 2027-2047.Belo Horizonte: FJP, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Plataforma ODS – Indicadores Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 180 p.: il. mapas color. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 54).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto –Visão Geral - ano de referência 2022**. Brasília, dezembro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos-snis

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS. **SEPPIR –PROMOVENDO A IGUALDADE RACIAL Para Um Brasil Sem Racismo**. 1. ed. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/05-maio/seppir-lanca-livro-sobre-a-trajetoria-e-principais-conquistas-da-politica-de-promocao-da-igualdade-racial/copy4_of_SEPPIRPromovendoaIgualdadeRacialParaUmBrasilSemRacismo.pdf&ved=2ahUKEwiSrImS9vmMAxVfrJUCHeJZFhYQFnoECCIQAQ&usg=AOvVaw1a3aatEdP-FJg1EEF3TtEY

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 27 abr. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022**: Tempos incertos, vidas instáveis. Nova York: PNUD, 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22

OBSERVATÓRIO ODS 18
igualdade étnico-racial

grupo de pesquisa
Aquilombamento negro contemporâneo

Fundação Escola Politécnica da Bahia

UFSB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

